

Raymundo Faoro e seus contemporâneos: as apropriações de *Os donos do poder* na imprensa e as oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970

Raymundo Faoro and his contemporaries: the appropriations of *Os donos do poder* on the press and the oppositions to the military dictatorship in the mid-1970s

Gabriel Amato Bruno de Lima

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

amatogabriel@gmail.com

Recebido em: 13/04/2015

Aceito em: 11/05/2015

RESUMO: Partindo da representação do intelectual e jurista Raymundo Faoro como um dos principais personagens da resistência democrática à ditadura militar brasileira, o presente artigo intenciona problematizá-la por meio da análise tanto do pensamento político de Faoro como das apropriações da segunda edição de sua obra canônica – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, lançada em 1975. Os objetivos da análise são reexaminar a trajetória política de Faoro naquele contexto e nuançar o campo das oposições ao regime militar em meados dos anos 1970, tendo em vista que a frente heterogênea de resistência à ditadura se apropriou de formas distintas das teses do jurista. Além da segunda edição de *Os donos do poder*, as fontes analisadas são um conjunto de resenhas, comentários e entrevistas publicados na revista *Veja* e no semanário *Opinião* entre 1975 e 1976.

PALAVRAS-CHAVES: Raymundo Faoro, Resistência, Ditadura

ABSTRACT: Taking as a starting point the representation of the Brazilian intellectual and jurist Raymundo Faoro as one of the most important names of the democratic resistance to the military dictatorship, this paper intends to discuss it through the analysis of both Faoro's political thought and the appropriations some readers have made from his canonical book – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, published in 1975. The paper's aims are to reconsider the political biography of Faoro during the mid-1970s and to nuance the oppositions to the military regime, giving that the members of the diversified front of resistance to the dictatorship have appropriated in different ways from Faoro's arguments. Besides the second edition of *Os donos do poder*, the sources used are a selection of reviews, comments and interviews published by two different magazines – *Veja* and *Opinião* – between 1975 and 1976.

KEY WORDS: Raymundo Faoro; Resistance; Dictatorship

Introdução¹

Quando hoje se evoca o nome do jurista e intelectual brasileiro Raymundo Faoro, uma série de imagens fixadas pela memória social desde o final da década de 1970 até os anos 2000 é, em geral, suscitada. Faoro é comumente lembrado por sua atuação como presidente do Conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante o biênio 1977-79. Para muitos, seu nome é imediatamente conectado, para além de sua produção intelectual, à sua atuação na oposição à ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Raymundo Faoro é logo localizado como um dos intelectuais que resistiram ao regime militar, atuando de forma ativa tanto no processo político de transição para o Estado democrático de direito como na denúncia da permanência de um “padrão de domínio” estabelecido pelo “estamento militar” naquele mesmo momento². Percebe-se, nesse sentido, uma convergência entre certa representação que se tem de Faoro como uma intelectual da chamada resistência democrática e a memória social hegemônica sobre o regime militar brasileiro, construída por meio do recurso à antítese entre sociedade e ditadura. Segundo essa memória moldada durante a abertura do regime e atualizada até os dias de hoje, “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”.³

Ao se reafirmar essa representação, pouco ou nenhum esforço se faz no sentido de identificar e discutir o lugar ocupado por Raymundo Faoro na frente oposicionista – heterogênea e sujeita a divergências internas, entre comunistas e liberais, mas também com as esquerdas basistas e os movimentos da contracultura⁴ – que atuou contra o regime militar especialmente a partir de meados dos anos 1970. No mesmo sentido, os momentos ambíguos da trajetória do jurista no que se refere à sua atuação durante a ditadura são silenciados. O escritor gaúcho aparece, então, não como o ocupante do cargo de conselheiro no Conselho Federal de Cultura (CFC) durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tampouco se recorda de sua abstenção na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) na qual decidiu-se pelo arquivamento do

¹ Este artigo é uma versão modificada do trabalho final apresentado à disciplina *Tempos e narrativas no Brasil*, ministrada pelo prof. dr. José Carlos Reis no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agradeço aos colegas Gabriel Pereira, David Francisco Lopes Gomes, Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes e Danilo Almeida Patrício pelos debates que tivemos durante o semestre. Agradeço também a Taciana Almeida Garrido de Resende pelos comentários a uma versão anterior deste trabalho.

² REZENDE, Maria José de. Autoritarismo e distensão: o olhar de Raymundo Faoro sobre o processamento da vida política brasileira no final da década de 1970. *Cadernos CERU*, série 2, vol. 20, n. 1, 2009, p. 130.

³ NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. 374 f. Tese (Livre-docência). USP, São Paulo: 2011, p. 341-344.

⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 9.

processo de denúncia da morte e desaparecimento do militante da esquerda armada Stuart Angel⁵. O seu voto favorável ao fim do processo que investigava o desaparecimento do deputado federal Rubens Paiva no mesmo conselho em 1971 também não aparece nas recordações sobre o jurista. Sua imagem, assim como a representação da OAB que ele presidiu (defensora de primeira hora do golpe civil-militar em 1964), é logo associada em termos gerais à da resistência, da oposição à ditadura.

Essa representação de Faoro e da OAB como “pilares da resistência democrática” ao regime militar parecem encontrar sustentação nos argumentos apresentados na própria *magnum opus* do jurista. Segundo este raciocínio, a biografia de Faoro seria dotada de uma coerência marcada pela incansável aversão ao Estado tal como ele existe no Brasil. Além disso, segundo Elio Gaspari, “por suas convicções, expostas n’*Os donos do poder*, [Faoro] era um crítico dos processos de conciliação na história nacional”.⁶ Raymundo Faoro elaborou, por meio da narrativa construída em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, sentidos para a experiência histórica brasileira que, quando apropriados por parte do público leitor à época da publicação da segunda edição de seu livro em 1975, coadunaram-se com a crítica à conjuntura política do Brasil governado pelos militares. Parte dos leitores de Faoro relacionou as suas experiências de oposição ao regime militar em meados dos anos 1970 com os argumentos apresentado em *Os donos do poder*. A conclusão que tiraram da narrativa faoriana sobre o tempo brasileiro era a de que o Estado patrimonialista era um “mal” a ser combatido no país. Os problemas do Brasil eram entendidos, assim, como derivados da tutela estatal sobre a sociedade civil – tendência histórica reforçada pela ditadura. Essas conclusões foram transferidas para toda a trajetória de Faoro por meio de um exercício de superposição entre o “autor” e sua “obra” e contribuíram para a criação de uma representação sobre o jurista reforçada por sua atuação efetiva em favor de um Estado de direito em fins dos anos 1970.

O propósito deste artigo é analisar os debates que tiveram lugar na imprensa e que contribuíram para a construção dessa representação acerca da trajetória de Raymundo Faoro em meados da década de 1970. Partindo dela, pretende-se problematizá-la e apontar os deslocamentos de sentido que as apropriações da interpretação de Faoro sobre o Brasil operavam tendo em vista o tempo presente de 1975. Busca-se, além disso, analisar as posições defendidas pelo jurista em seu trabalho intelectual com o objetivo de nuançar as diferentes forças que compunham a frente de resistência à ditadura. A hipótese é a de que o grande sucesso da segunda edição de *Os donos do poder* – comparado ao impacto limitado da primeira, lançada em 1958 – pode ser explicado pela recepção

⁵ ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura, 1964-74. In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 84.

⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 449.

de sua obra no contexto político de meados dos anos 1970, quando era possível elaborar críticas mais radicais ao Estado brasileiro então identificado com o domínio das Forças Armadas. Fazer tal afirmação implica em dizer que parte da oposição ao regime militar, notadamente àquela identificada com os preceitos liberais⁷, utilizou-se da narrativa faoriana como mediadora para a sua atuação naquela conjuntura. Nem todos os opositores do regime militar à época, no entanto, identificavam-se com a posição defendida por Faoro. Por isso, se parcela dos seus leitores se aproximavam de sua narrativa e com ela concordavam, outros procuravam apontar os seus limites teóricos e as restrições de suas propostas para as práticas políticas brasileiras ainda que também defendessem o fim do regime militar.

O artigo é dividido em duas partes. Na primeira, analisa-se os principais argumentos defendidos por Raymundo Faoro na segunda edição de seu livro, bem como procura-se apontar as suas filiações teórico-históricas e a fortuna crítica de escopo propriamente acadêmico a ele dedicada. Na segunda parte, analisam-se resenhas, comentários e entrevistas que vierem à tona em dois órgãos da imprensa entre 1975 e 1976. Primeiro, os trabalhos publicados em *Veja* – uma revista da Editora Abril, de periodicidade semanal, criada em 1968 e que, em meados da década seguinte, era uma das publicações de maior tiragem da imprensa brasileira. A linha editorial de *Veja* nos anos 1970 era representativa da opinião de parcela dos liberais brasileiros, com elogios ao “milagre brasileiro” convivendo com reportagens críticas sobre a temática da tortura. Depois, são analisados peças jornalísticas publicadas no semanário *Opinião*. Criado em 1972, *Opinião* era o “mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos de 1970”⁸ e suas vendas chegaram a ser tão grandes quanto às da revista *Veja*. Pensado como um periódico de reunião das forças anti-ditatoriais destinado ao “jornalismo crítico”, o semanário abrigou jornalistas de tendências diversas da esquerda brasileira apesar de suas ligações com a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A interpretação do Brasil na narrativa de Raymundo Faoro

⁷ A definição do campo liberal no Brasil da ditadura militar não é tarefa desprovida de complexidades. Como baliza próxima da concepção mais clássica do termo, considera-se que o liberalismo é uma “determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social”. BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 7. Ao mesmo tempo, não se ignora as mudanças de posições do campo liberal – indo do apoio ao golpe à crítica moderada ao regime – bem como a multiplicidade de posições existente nesse campo ideológico – que incluiu também uma série de comportamentos pouco definidos e/ou adesistas. Cf. NAPOLITANO. *Coração civil*, p. 11-12 e p. 332.

⁸ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 161.

A primeira edição de *Os donos do poder* foi publicada em 1958 pela editora Globo, em Porto Alegre, com uma tiragem de quatro mil exemplares. O livro recebeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras em 1959, mas, à época, ele “ficou restrito aos círculos acadêmicos e alcançou repercussão mais local do que propriamente nacional”.⁹ Para a segunda edição de seu livro, publicada em 1975, Raymundo Faoro ampliou seu texto em cerca de quinhentas páginas, adicionando dois novos capítulos e revisando as notas de rodapé. Ainda assim, o autor afirma, no prefácio escrito em 1973 para a segunda edição do livro publicada dois anos depois, que “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação”.¹⁰ Procedente ou não a afirmação do autor, a questão é que a segunda edição de seu livro foi amplamente lida, divulgada e debatida. Os tempos eram outros: não mais os anos da experiência democrática regida pela Constituição de 1946 e sim o período do regime militar autoritário que se instalara no país com o golpe de 1964. *Os donos do poder* se tornou uma referência obrigatória para se entender o Brasil, um cânone na história do pensamento político nacional.

Qual era a narrativa da experiência brasileira oferecida pelo autor? Ao analisar a história política brasileira, Raymundo Faoro volta-se para o evento-fundador que teria lhe conferido o norte: o surgimento do Estado português moderno com a Revolução de Avis, entre 1383 e 1385. A burguesia chegou ao poder em Portugal com este evento, mas o fez sob a tutela do rei. O Estado português tornava-se moderno – precocemente, segundo Faoro. Surge daí um Estado empresário, agente econômico no comércio ultramarino. O rei, nesse contexto, era “senhor de tudo”, “autoridade incontestável, bebida vorazmente da tradição visigótica e do sistema militar”.¹¹ A situação era tal que analisar a renda da realeza deste período significa investigar a própria estrutura econômica de Portugal. Percebe-se, pois, que o autor de *Os donos do poder* se posiciona no debate acerca do caráter do Estado existente em Portugal e que fora responsável pela expansão marítima no século XVI. Faoro coloca-se ao lado de historiadores como Jaime Cortesão ao negar a existência de um feudalismo português. Apropriando-se da conceituação weberiana, o autor afirma que a forma de dominação existente em Portugal seria de tipo tradicional em sua faceta patrimonial.

Segundo Faoro, começou ainda no século XIV (e se estendeu por toda a história luso-brasileira) o domínio dos negócios do Estado por uma camada político-social que fazia do poder político a sua propriedade: o estamento. Este agrupamento político seria composto por aqueles que

⁹ MELLO E SOUZA, Laura. Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999, p. 335.

¹⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975, vol. 1, sem página.

¹¹ _____. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 8.

“pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”.¹² O estamento é apresentado por Faoro como contrário aos *parvenus* e fortemente conservador, já que a estabilidade o favorece. Apenas em uma sociedade na qual os critérios de mercado ainda não foram universalizados, como seriam os casos de Portugal e também do Brasil, o estamento encontra terreno fértil para a sua existência. Inicialmente aristocrático, o estamento tornou-se, com o inchamento do Estado e a expansão dos órgãos administrativos do comércio ultramarino ainda no século XVI, uma camada burocrática. O estamento – representado então pelos funcionários da Coroa e militares, todos levando ostentatórias vidas de fidalgos – teria sido congelado em Portugal e transplantado para o Brasil durante a colonização¹³.

É também em Portugal que surge o que Faoro classifica como a “alma” do Estado patrimonial brasileiro: o capitalismo politicamente orientado. Segundo o autor, essa formação econômico-social seria avessa aos critérios da sociedade do capitalismo de mercado, tais como a impessoalidade, a meritocracia e a racionalidade econômica. Estruturado sobre o estamento, o capitalismo politicamente orientado seria, para Faoro, o sistema econômico persistente em toda a história brasileira, da chegada dos portugueses à Revolução de 1930. Em termos de iniciativas administrativas, essa forma de estruturação da economia de um país teria como figura central o Estado, e não o empresariado organizado e dotado de interesses particulares ligados ao livre-comércio e ao lucro. O domínio estamental do Estado seria, dessa forma, o contrário do capitalismo como conhecido nos países em que o feudalismo dera lugar às sociedades industriais. Enquanto no Estado patrimonial prevaleceria um tipo de mando centralizado, hierarquizado, de cima para baixo, governado pelo estamento e marcado pelo providencialismo estatal, na sociedade capitalista de mercado as relações sociais se organizariam de baixo para cima e por meio dos processos de negociação protagonizados pelas classes sociais.

A tese faoriana sobre a história brasileira é reiterada, em sua narrativa, quando ele se propõe a analisar momentos-chave da trajetória nacional. Este é o caso da Independência em 1822 que, na ótica de Faoro, significou um momento de continuidade tanto do patrimonialismo como do domínio do estamento burocrático sobre a sociedade brasileira. Longe de representar uma ruptura radical, a Independência fora feita por um monarca português e manteve o domínio do estamento em moldes próprios do Estado patrimonial. Em suas palavras, “o regime colonial não se extingue, moderniza-se; os remanescentes bragantinos se atualizam, com a permanência do divórcio entre o Estado,

¹² FAORO. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 46.

¹³ _____. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 288-289.

monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta”.¹⁴ Se antes de 1822 a colônia se via sufocada pelo domínio da metrópole portuguesa, a partir da independência a situação não se modificava tanto. A antiga forma de dominação foi substituída, na perspectiva faoriana, por uma relação de oposição entre um Estado centralizador e uma sociedade civil tutelada pelo estamento burocrático.

Raymundo Faoro afirma a estabilidade do domínio estamental na história brasileira, apesar de apontar dois interregnos nessa trajetória – ambos desastrosos, em sua opinião. O primeiro teria ocorrido no período da Regência, entre 1831 e 1840. Nesta experiência frustrada, “o novo governo, sem tradição, sem carisma, no ensaio de um sistema racional, seria devorado pelas suas contradições e voltaria, depois de muitos ensaios, ao único leito possível: à monarquia reformada, tuteladora da nação...”.¹⁵ O segundo momento teria ocorrido com a instalação da Primeira República, em 1889. Faoro argumenta que, nesse momento da história nacional, o casamento entre a “imunidade do núcleo agrícola” e o federalismo que ela ensejava sustentava a soberania popular parcamente inspirada nas experiências inglesa, francesa e norte-americana. Uma associação entre liberalismo político e liberalismo econômico se fazia possível. O sistema político do coronelismo, entretanto, indicava os limites do liberalismo brasileiro, mais preocupado com a estabilidade e a unidade territorial do que com as práticas liberais propriamente ditas. A soberania popular, por sua vez, era limitada pela restrição da concepção de povo aos proprietários agrícolas¹⁶.

Uma das características mais debatidas sobre os escritos de Faoro é o uso que o jurista faz da sociologia weberiana em sua análise. De fato, os conceitos de estamento burocrático, capitalismo politicamente orientado e patrimonialismo, centrais em *Os donos do poder*, encontraram sua inspiração na sociologia compreensiva de Max Weber. Os críticos de sua obra são unânimes em reconhecer essa inspiração. Segundo Fábio Konder Comparato, Faoro “preferiu (...) apoiar-se em Max Weber, autor que, no momento em que fez publicar a primeira edição de seu livro (1958), era praticamente desconhecido no Brasil”.¹⁷ Cabe, no entanto, nuançar a amplitude dessa presença na interpretação que o autor apresenta sobre a trajetória brasileira. Se no pensamento do sociólogo alemão a categoria de estamento é marcada por uma total rigidez que só poderia ser suprimida pela destruição da ordem patrimonial via o avanço do capitalismo, em Faoro o estamento aparece como dotado de notável

¹⁴ FAORO. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 81-84.

¹⁵ _____. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 304.

¹⁶ _____. *Os donos do poder*, vol. 2, p. 501-502 e p. 621-622.

¹⁷ COMPARATO, Fábio Konder. Faoro historiador. *Estudos avançados*, São Paulo, vol.17, n.48, 2003, p. 331.

“resiliência”.¹⁸ Esta camada político-social, na ótica faoriana, é capaz de se modificar e incorporar as técnicas do mundo capitalista para se ajustar ao sistema internacional. O estamento burocrático é capaz de fazer transações com o capitalismo de mercado, a democracia e o liberalismo. Ele congrega as pressões externas com o objetivo de manter o seu domínio, caracterizado por uma situação em que “o povo quer a proteção do Estado, parasitando-o; enquanto o Estado mantém a menoridade popular, sobre ela imperando”.¹⁹

Uma “estrutura político-social” fora, segundo Raymundo Faoro, resistente a todas as modificações de seis séculos de história portuguesa e, depois, brasileira. Dom João I (o primeiro rei da dinastia de Avis em Portugal) e Getúlio Vargas (o político gaúcho à frente da Revolução de 1930 no Brasil) eram dois pontos ligados numa mesma cadeia histórica. Conectando-os, presente em toda a trajetória política brasileira, estaria, segundo o jurista, o comando do estamento burocrático próprio de um Estado patrimonial. Por isso,

sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores²⁰.

A história brasileira seria marcada, enfim, por uma “viagem redonda”. A Revolução de 1930 retomou a linha de força patrimonial do domínio do estamento, da centralização do Estado e da fraqueza da sociedade civil já existente na Revolução de Avis. Em prejuízo da afirmação de interesses particulares representada pela hegemonia paulista assentada na lavoura cafeeira durante a Primeira República – a despeito dos limites impostos ao modelo paulista pelo coronelismo –, a vitória de Getúlio Vargas e seus aliados na década de 30 do século XX evitou a “sampaquização” do Brasil iniciada por Washington Luís, o último presidente da Primeira República.²¹ Em concordância com Aureliano Tavares Bastos, proeminente político liberal do Império e autor do canônico *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, Faoro atribui a causa dos problemas nacionais à conformação do

¹⁸ COHN, Gabriel. Persistente enigma. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª Ed. Porto Alegre: Globo, 2008, p. 9-10.

¹⁹ FAORO. *Os donos do poder*, vol. 2, p. 743.

²⁰ _____. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 737.

²¹ _____. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 712.

Estado brasileiro. Sua estrutura patrimonial estamental impediria a modernização brasileira, tanto em termos políticos como econômicos.

Considerando que as expectativas não podem ser deduzidas apenas das experiências, mas devem ser nelas baseadas²², qual o “horizonte de expectativas” aberto para o Brasil por essa narrativa elaborada por Raymundo Faoro? Qual a perspectiva descortinada para o país por meio da relação operada por Faoro entre as dimensões de passado, de presente e de futuro em sua narrativa? Para esse questionamento há, na fortuna crítica de sua obra, ao menos duas respostas possíveis. Na perspectiva de Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira, a análise desenvolvida por Faoro seria caracterizada por uma visão pessimista consonante com uma das vertentes de reflexão dos chamados “intérpretes do Brasil”. Faoro advogaria, segundo esta argumentação, a existência de uma dualidade na história brasileira: de um lado o Estado opressivo representado pela figura do funcionário público e, de outro, uma nação desarticulada composta por caudilhos e proprietários rurais. Faoro não acreditaria que a mudança poderia vir de nenhuma dessas duas realidades. Para esta primeira perspectiva de análise de *Os donos do poder*, Faoro seria um descrente com relação ao futuro do Brasil²³.

Na argumentação de Luiz Werneck Vianna, por outro lado, Raymundo Faoro pertence a uma vertente analítica do pensamento político brasileiro que se preocupa em refletir sobre as patologias de acesso à modernidade no país tendo em vista a argumentação desenvolvida por Max Weber. Faoro identificaria o Estado patrimonial e o domínio do estamento burocrático sobre a sociedade civil como “males de origem” na história brasileira. Como solução para essa situação patológica, dever-se-ia realizar no Brasil uma ruptura com a forma de Estado herdada de Portugal e com todas as instituições políticas próprias do domínio tradicional de tipo patrimonial. Longe de defender uma reforma social, Faoro seria a favor de “uma reforma política que abrisse o Estado à diversidade dos interesses manifestos na sociedade civil”.²⁴ Em análise mais recente e próxima à argumentação de Vianna, Fernando Henrique Cardoso afirma que a “maior virtude” da análise de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* seria a “sua persistência na crença democrática e em

²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Contraponto, 2006, p. 309-314.

²³ RICUPERO, Bernardo e FERREIRA, Gabriela Nunes. Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, 28, 2005, p. 39 e p. 52-53.

²⁴ VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, 1999, p. 36.

compreender a importância do liberalismo como contraponto ao roldão que o culto do Estado representa entre nós”.²⁵

As apropriações na imprensa

Ao fixar o texto pela escrita, aquele que escreve – no caso em análise, Raymundo Faoro – configura um sentido para as ações humanas já pré-figuradas e articula o tempo humano num modo narrativo particular que se apresenta para a leitura. O leitor, por sua vez, encadeia um “novo discurso do texto” ao ler esta narrativa e exercer a apropriação do escrito. Desse modo, “a interpretação de um texto completa-se na interpretação de si dum sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou que começa mesmo a compreender-se”.²⁶ Afinal, é no processo de apropriação operado pelo leitor que se completa o decurso daquilo que Paul Ricoeur nomeia de *círculo da mimese*, instituindo, assim, a mediação entre tempo e narrativa. A leitura – ou *mimese III* – “marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor”.²⁷ O sujeito que escreve constrói uma “totalidade” narrativa, configurando um texto e tornando consonantes as experiências dissonantes, pulverizadas na experiência temporal. O ato de ler é uma fusão de horizontes, do mundo do texto e do mundo do leitor. Este último, então, re-figura a narrativa e realiza o texto no mundo.

A estratégia aqui utilizada para analisar esse movimento de apropriação da narrativa faoriana acerca do tempo brasileiro é a de análise de resenhas críticas e artigos publicados em dois órgãos da imprensa em meados da década de 1970: a revista de ampla circulação *Veja* e o semanário da chamada “imprensa alternativa” *Opinião*. A escolha dos dois periódicos deve-se ao fato de serem eles representativos de diferentes setores da oposição ao regime militar, à época. O recorte cronológico, por sua vez, justifica-se por coincidir com a publicação da edição revista e ampliada de *Os donos do poder*. Esse movimento de debate e crítica na imprensa reafirma o argumento de que

os intérpretes do Brasil não estão empoeirados nas estantes das bibliotecas, mas, de alguma forma, vivos, nas ruas, nos gabinetes, nas escolas e nas universidades, na mídia, nas artes, no Exército, nos partidos, no Congresso, nos sindicatos, nas ONGs, nos governos, no Itamarati, em todas as instituições e expressões brasileiras²⁸.

²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 228.

²⁶ RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto, Portugal: Rés, 1991, p. 155.

²⁷ _____, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994, p. 110.

²⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 28.

As resenhas fixam num outro texto, escrito no formato jornalístico, novas narrativas engendradas pelas apropriações realizadas por alguns leitores da interpretação da história do Brasil construída por Raymundo Faoro. Ao comentar/interpretar a narrativa apresentada em *Os donos do poder*, os autores dos artigos que passaremos a analisar se colocam como interlocutores de Faoro, prontos a debater o Brasil a partir do “caminho de pensamento aberto pelo texto” faoriano²⁹. As resenhas, em suma, revivem o texto ao apropriarem-se dele e recriam seus sentidos de acordo com o repertório de experiências de cada um dos leitores de Faoro.

A revista *Veja*, cuja linha editorial era crítica ao governo militar em meados dos anos 1970 e que integrava o setor mais liberal e moderado da oposição à ditadura, publicou uma elogiosa resenha do livro de Raymundo Faoro em julho de 1975. Escrita pelo jornalista Almyr Gajardoni, a resenha lamentava o impacto limitado da primeira edição de *Os donos do poder* em fins da década de 1950. Impacto, no entanto, que teria se alargado anos mais tarde, já que, segundo o autor, “suas ideias passaram a ser largamente discutidas nas universidades, sobretudo na de São Paulo, onde a obra começou a circular até mesmo na forma de apostilas mimeografadas”. Gajardoni também discutia, em sua resenha, a presença da sociologia weberiana no pensamento de Faoro. Longe de criticá-lo, entretanto, o jornalista convergia com a declaração de Faoro no prefácio da segunda edição de *Os donos do poder* e o classificava como um “discípulo crítico” do sociólogo alemão.

O autor da resenha, por fim, procurava explicar a renovada curiosidade pelo pensamento faoriano surgida à época. Segundo ele, “pelas peculiaridades do momento político brasileiro e pelas preocupações que circulam nos meios empresariais a respeito do comportamento da administração pública explica[-se] o recente interesse despertado por sua obra nos meios acadêmicos”.³⁰ Ao fazer esta afirmação, o jornalista dá indícios que explicam sua forma de se apropriar da narrativa faoriana naquele contexto. As preocupações a que Gajardoni se referia faziam parte do repertório de críticas dos empresários descontentes com a política econômica nacional-estatista dos militares. Se a maioria deles havia apoiado o golpe contra João Goulart em 1964 e se beneficiara enormemente do chamado “milagre brasileiro” entre 1969 e 1974, grande parte do empresariado brasileiro rompeu com a ditadura militar em meados dos anos setenta. O choque de petróleo em 1973 e a crise mundial subsequente trouxeram dificuldades para o modelo de desenvolvimento econômico então vigente, baseado na forte intervenção do Estado, na dependência de empréstimos do exterior e na atuação dos tecnocratas. Para esses leitores de *Os donos do poder*, então, a tese faoriana era apropriada no

²⁹ RICOEUR. *Do texto à ação*, p. 159.

³⁰ GAJARDONI, Almyr. O momento de Faoro. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 357, 9 de julho de 1975, p. 89.

movimento de oposição ao regime militar e às suas políticas econômicas. O problema do Brasil – desde sempre e também na década de setenta – era apresentado como sendo a tutela do Estado sobre todos os grupos sociais, assim como apontara Faoro em sua narrativa.

Em dezembro de 1975, com os debates sobre a segunda edição do livro acontecendo na imprensa e o governo do general Ernesto Geisel modificando os planos da “transição lenta, gradual e segura”, *Veja* publicou uma seleção dos “dez mais significativos lançamentos de 1975”, elaborada pelo editor Sílvio Lancellotti em conjunto com um grupo de críticos. Dentre os livros, encontrava-se *Os donos do poder*. Ele era, então, elogiado por ser “uma original e instigante contribuição para se entender os caminhos da política brasileira”.³¹ Meses mais tarde, em abril de 1976, a mesma revista *Veja* publicou uma longa entrevista com Faoro em lugar de destaque, nas suas primeiras páginas. Realizada pela dupla de jornalistas Almyr Gajardoni e Luiz Weis, a entrevista possui uma apresentação de Faoro que reafirmava a perspectiva positiva e elogiosa de *Os donos do poder* presente nas publicações anteriores sobre o então procurador do Estado do Rio de Janeiro. A primeira edição do livro era descrita como “uma ousada, ambiciosa pesquisa de 271 páginas sobre política e governo no Brasil.” Já o próprio Faoro era apresentado aos leitores como um funcionário público concursado, “sem favor de ninguém” – representação que convergia com a autoimagem do próprio autor e com suas ideias contrárias ao Estado patrimonialista. Em resumo, a segunda edição de *Os donos do poder* era considerada “um perfil lúcido, embora amargo, da evolução política do Brasil”.³²

Na entrevista, Raymundo Faoro reafirmava as suas principais ideias sobre a história brasileira: o povo seria alijado das decisões sobre os rumos do país, a sociedade seria “colonizada pelo Estado”. Ao ser questionado sobre quem seriam os “donos do poder” do Brasil de então, Faoro não titubeou em sua resposta:

sem dúvida, a estrutura militar e a estrutura capitalista vinculada ao Estado, representada pela tecnocracia. Não acredito que o sistema industrial-financeiro participe do processo de tomada de decisões. A atuação dos tecnocratas consiste justamente nisso: uma deliberação sem a participação dos interessados³³.

Ao fazer esta afirmação, identificando o estamento com os militares e seus tecnocratas na década de 1970, Faoro reafirmava a apropriação de sua interpretação sobre o Brasil por essa parcela

³¹ _____. Os melhores. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 382, 31 de dezembro de 1975, p. 79.

³² GAJORDONI, Almyr e WEIS, Luiz. Romance sem heróis: o Brasil, ontem e hoje, segundo o autor de “Os donos do poder”. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 399, 28 de abril de 1976, p. 3.

³³ _____. Romance sem heróis, p. 4.

da oposição ao regime militar. Se os grandes problemas da história brasileira eram o patrimonialismo, o estatismo e o domínio do estamento, justificava-se, segundo esta linha de apropriação de *Os donos do poder*, a substituição dos militares do poder pela sociedade civil.

Qual seria, então, a solução para o Brasil? Faoro respondia: “seria desejável que o empresário fosse independente ou, pelo menos, desfrutasse de alguma autonomia perante o Estado. Pois, enquanto a burguesia não se emancipar, enquanto não ocorrer aqui uma transição capitalista, o país permanecerá arcaico.” Descontextualizada, essa fala do autor poderia soar como um manifesto liberal, a favor da livre iniciativa capitalista, do domínio puro e simples do mercado. Faoro, entretanto, declara, logo em seguida, que os empresários têm medo da mudança e que, se fosse escrever novamente *Os donos do poder*, seria menos condescendentes com os liberais. Para ele, o liberalismo brasileiro só seria de fato liberal na oposição. No governo, “se vê realmente de que é feito seu liberalismo”.³⁴

Contrastando com as apropriações positivas e entusiasmadas de *Os donos do poder* presentes na revista *Vêja*, houve, em meados dos anos setenta, o debate no semanário *Opinião*. No balanço sobre as publicações nas áreas de história do Brasil e ciências sociais em 1975, publicado no início de janeiro de 1976, o tom é de pessimismo com relação à produção acadêmica brasileira. Segundo o autor do artigo, o cientista político Marco Aurélio Nogueira, “os cientistas e os historiadores escreveram muito mas pensaram pouco” no ano que terminara havia poucos dias. A produção intelectual brasileira, apesar de copiosa, era diagnosticada aos leitores de *Opinião* como atravessando um “momento caótico”. Ainda segundo Nogueira, a maior parte dos livros publicados apresentava uma “ótica distorcida” sobre o mundo e um “ecletismo metodológico” incoerente. No campo da historiografia brasileira, havia apenas dois elogios claros, indicativos da linha editorial à esquerda do semanário: os livros de Luiz Alberto Moniz Bandeira (*Cartéis e desnacionalização*) e de Nelson Werneck Sodré (*Brasil: radiografia de um modelo*). Já a nova edição de *Os donos do poder* era citada sem entusiasmo. Lacônico, o autor apenas lamentava que “a universidade ainda teima em consagrar” o “pretensioso e mistificador livro de Raymundo Faoro”.³⁵

Não por acaso, a primeira resenha ao livro de Faoro que apareceu em *Opinião* era de autoria do historiador marxista Nelson Werneck Sodré. Em seu texto, Sodré era implacável na crítica a Faoro. Sem esquecer que o autor ocupava então um cargo no Conselho Federal de Cultura, Sodré afirma que ler *Os donos do poder* é um “difícil percurso”, já que sua linguagem é “por vezes barroca, quase sempre confusa.” A análise faoriana – cuja tese é entendida como sendo a afirmação de que “os males

³⁴ GAJORDONI e WEIS. Romance sem heróis, p. 6.

³⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Teorias em profusão. *Opinião*, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1976, p. 18.

do Brasil derivam do domínio do poder por uma minoria, estamento patrimonial que atravessou os tempos, sem alterações” – é acusada de ser anti-histórica. Segundo Sodré, a análise do estamento na história brasileira não tem nada de original, já que

aplicar categorias weberianas, neste altura dos acontecimentos, embora de forma heterodoxa, não é originalidade. Originalidade será, sem dúvida, colocar as citações na língua dos autores – Marx em alemão, T. S. Eliot em inglês, Braudel em francês –, mas os mais mordazes poderiam aduzir que, no fim das contas, trata-se de puro provincialismo³⁶.

Em termos conceituais, Sodré criticava Faoro por sua falta de clareza e de definição dos termos que utiliza – apreciação, aliás, que se tornaria comum com o passar dos anos. O conceito de patrimonialismo se confundiria com o de estamento, e os dois seriam abandonados no decorrer do livro em proveito de uma narrativa histórica “nos moldes mais convencionais”. Ao mesmo tempo, o estamento não se confundiria com as classes, nem com a burocracia. A conclusão de Werneck Sodré era a de que a categoria utilizada por Faoro para denominar o grupo que sobrepuja a história brasileira, impedindo a sociedade de existir para si, só podia ser “algo misterioso, que paira no espaço e no tempo, como uma nave cósmica”.

Partindo da teoria marxista a que se filiava, Nelson Werneck Sodré chama a atenção para a posição política – “ideológica”, nas palavras do autor – subjacente à interpretação do Brasil elaborada por Faoro. Ela seria caudatária dos historiadores conservadores brasileiros como Francisco Adolfo de Varnhagem, já que era caracterizada pelo “desprezo às manifestações do povo brasileiro” e por uma “incompreensão ante tudo o que é popular”. Faoro é acusado por Sodré de ser apegado “a tudo aquilo que significa gestão de cima para baixo, minoritária, elitista. Mais do que tudo, entretanto, a visão pessimista, o horror a povo, a sedução pelo impreciso, o vago, como forma de fuga”. E Faoro não teria nenhum motivo para ser pessimista, já que, segundo Werneck Sodré, ele se tornara “membro da mais alta corte cultural do país”. A segunda edição de seu livro havia sido publicada com ajuda da universidade brasileira por meio da Editora da Universidade de São Paulo. Seu pensamento era elogiado pela maioria de seus contemporâneos.

A ácida crítica do historiador Werneck Sodré não ficou sem resposta no próprio *Opinião* – o que indica o viés pluralista do periódico. O jornal publicou, em outubro do mesmo ano, um artigo de opinião do historiador e jornalista José Salvador Faro em sua seção intitulada “Polêmica”. Nele, Faro acusava Sodré de cometer o “erro de considerar como uma conspiração ideológica de nossas

³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Os poderosos no justo lugar. *Opinião*, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1975, p. 20.

classes dominantes qualquer manifestação da sociologia que fuja dos rígidos limites que ele fixou como o *seu* marxismo”. Faro também criticava o “dogmatismo” de Sodré ao associar o conteúdo de *Os donos do poder* com o cargo que Faoro ocupava no CFC. Para o autor da resenha, Sodré dera a impressão errônea aos leitores, na medida em que os argumentos defendidos por Faoro não se confundiam com a “ideologia oficial” da ditadura militar. Ao contrário: seu pensamento denunciava o exagero do domínio estatal sobre a política nacional. Com relação ao weberianismo de Raymundo Faoro, Sodré teria incorrido no erro de “admitir que o pensamento weberiano é, no Brasil, coisa tida como superada, já absorvida pelos nossos estudiosos e, portanto, longe de justificar a reedição do livro.” Reafirmando a visão entusiasmada também presente nos artigos publicados na revista *Veja*, Faro afirmava que a obra de Faoro “foi pioneira no sentido de ser a mais lúcida interpretação weberiana de nossa sociedade”.³⁷

Considerações finais

O debate entre as apropriações de *Os donos do poder* ocorrido quando da publicação da segunda edição do livro, em 1975, é indício de como se deu a construção da representação de Raymundo Faoro como um opositor ao regime militar. Ao associarem os argumentos apresentados na narrativa faoriana sobre o Brasil às demandas e expectativas da oposição à ditadura militar naquele período, parte dos leitores de Faoro construíam, também, uma “ilusão biográfica” sobre o autor. Caudatária da modernidade e presente no senso comum, esse tipo de apreciação sobre um personagem histórico defende que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”.³⁸ No caso do jurista gaúcho, o projeto que supostamente atribuía orientação à sua vida seria uma radical posição contrária ao Estado. Vivendo um presente de insatisfações várias com relação ao regime militar, os leitores liberais de Faoro operavam uma identificação direta entre o autor, seus escritos e a conjuntura política de 1975. Faoro aparecia como um *autêntico* opositor aos militares, o que se coadunava com suas posições críticas ao Estado patrimonialista. A prática da memória implicava lembrança e esquecimento, e a relação ambígua de Faoro com o regime militar durante a segunda metade da década de sessenta e os primeiros anos da década seguinte – período em que foi conselheiro no CFC – era silenciada. Com a posterior atuação do advogado à frente da OAB entre

³⁷ FARO, José Salvador. Ao redor do poder. *Opinião*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1975, sem página.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 184.

1977 e 79, essa representação construtora de uma coerência para a trajetória de Faoro seria ainda mais recorrente.

Não se trata de negar o papel desempenhado por Raymundo Faoro em fins dos anos 1970 como um presidente da OAB mais combativo em suas relações com o regime militar. Tampouco se pode esquecer de sua atuação nos esforços de publicização dos relatos de torturas praticadas contra Aldo Arantes e Aroldo Lima nos DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desde 1977, o jurista passou a defender o reestabelecimento do *habeas corpus* no Brasil e também a atuar na negociação de mudanças no regime junto ao então senador da Arena Petrônio Portella. Ao adotar esta estratégia de atuação, no entanto, Faoro afastava-se das duas principais bandeiras da oposição mais radical aos militares naquele período: a convocação de uma nova constituinte e a anistia dos presos e exilados políticos³⁹. Trata-se, isto sim, de demonstrar, por um lado, como se deu a construção da representação de Faoro como um membro da “resistência democrática” por meio do recurso à análise presente em seu livro e, de outro, de nuançar as diferentes posições político-ideológicas que coexistiam e competiam dentro do próprio campo das oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970.

As apropriações de *Os donos do poder* demonstram, por fim, a importância das narrativas sobre o Brasil no próprio fazer histórico dos brasileiros. Suas ideias foram, afinal, importantes balizas para os debates e práticas aos menos da parcela da oposição ao regime militar identificada com o liberalismo político. O próprio Faoro reconheceu, na entrevista à *Veja* citada anteriormente, a relevância do novo contexto político brasileiro para a transformação de seu livro em um cânone do pensamento político nacional. Segundo sua declaração, em 1958 seu livro parecia reunir “um monte de conjecturas sem fundamento”, mas “os acontecimentos a partir de 1964 mostraram que essas conjecturas talvez não fossem tão tolas assim.⁴⁰ Com a crise econômica e o contexto de distensão política durante o governo do general Ernesto Geisel, a interpretação faoriana sobre o Brasil tornou-se referência incontornável para se entender o país, graças, em parte, às apropriações operadas por seus leitores. Os encontros entre o “mundo do autor” e os “mundos dos leitores” liberais com trânsito na grande imprensa nesse contexto específico colocaram o nome de Raymundo Faoro na lista de intérpretes canônicos da história nacional.

³⁹ GASPARI. *A ditadura encurralada*, p. 450-452.

⁴⁰ GAJORDONI e WEIS. *Romance sem heróis*, p. 6.